

Caboclos

Caboclos

Marcio Antônio Both da Silva¹

marcioboth@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir os diferentes significados comuns à palavra “caboclos”. Inicialmente, no período colonial, era utilizada para nominar as populações indígenas brasileiras; também já foi usada, a partir de critérios raciais, para distinguir o resultado do cruzamento entre indígenas e brancos. Contudo, para o caso dos estados que formam a região sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, essa palavra, historicamente, vem sendo aplicada para identificar uma população formada por camponeses pobres e que guarda particularidades sociais e culturais próprias. Assim, refletir sobre essa questão e mostrar a importância histórica, social e política de conhecer essas diferentes definições estão entre os principais problemas abordados ao longo do artigo.

Palavras-chave: caboclos, representação, história.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the different meanings common to the Portuguese word *caboclos*. Initially, in the colonial period, it was used to refer to the Brazilian indigenous population. It has also been used, on the basis of racial criteria, to distinguish the result of crossing between Indians and whites. However, in the case of the states that form the southern region of Brazil, viz. Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, this word has historically been applied to identify a population group that is made up of poor farmers and has its own social and cultural particularities. So, reflecting on this question and showing the historical, social and political importance of knowing these different definitions are among the main issues addressed throughout the article.

Keywords: *caboclos*, representation, history.

Introdução

A produção de estudos históricos sobre o universo rural brasileiro foi alvo de uma série de revisões e críticas nos anos que compreendem as décadas de 1980 e 1990. Em termos nacionais, o livro *História da agricultura brasileira*, lançado em 1981, de autoria de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, invariavelmente, é apresentado como obra referência sobre esse campo de estudos no Brasil. No caso do Rio Grande do Sul, também datam dessa época a produção

¹ Professor dos cursos de Pós-Graduação e Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista Produtividade Fundação Araucária.

de análises e a publicação de textos importantes, os quais tinham como foco de suas investigações o mundo rural.

Desde então, várias pesquisas sobre o assunto foram desenvolvidas. Contudo, isso não significa que o debate esteja encerrado, pois muito ainda há que se avançar para compreender aquilo que inicialmente chamei de universo rural brasileiro. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é tratar de um problema para o qual essa nova historiografia sobre o rural pouco tem voltado sua atenção ou que tem debatido de forma tangencial. Trata-se de discutir a perceptível dificuldade dos pesquisadores em achar uma palavra/categoria que consiga designar uma parcela da população brasileira que, dependendo do contexto, do espaço temporal e de quem produz a definição, é identificada com os mais diferentes termos: caboclos, nacionais, caiçaras, caipiras, brasileiros, tabaréus, cabras, homens livres pobres e tantos outros adjetivos mais, cuja enumeração exigiria muitas outras linhas.

Todavia, mesmo diante dessa variabilidade de nomes, nas pesquisas mais recentes a respeito dos estados da região sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, percebe-se a tendência em se adotar a palavra/categoria “caboclos” para denominar essa população. A justificativa para isso, muito provavelmente, está no fato de que o uso desse vocábulo tornou-se comum entre a população de imigrantes e de descendentes de imigrantes europeus de origem não ibérica que passou a se estabelecer nesses estados a partir da segunda década do século XIX.

De fato, a palavra “caboclo”, bem como os outros termos antes listados, é deveras escorregadia, uma vez que, em determinadas situações, parece ser bastante adequada, embora em outras não. Alguns têm significado regional bastante preciso (caipira para o sudeste e cabra para o nordeste, por exemplo); portanto, não podem ser aplicados para análises fora de seus contextos. Da mesma forma, a população que se quer identificar com essas palavras foi representada das mais diferentes maneiras. Do ponto de vista racial, esse grupo já foi descrito como formado por pessoas que não são negras, brancas ou índias, mas mestiças.² Do ponto de vista econômico, em sua maioria, os estudos produzidos indicam que se trata de lavradores pobres que praticam um tipo específico de agricultura voltado à subsistência, os quais, no sul do Brasil, entraram em contato direto com as frentes de colonização imigrante (cf. Zarth, 1997; Farinatti, 1999; Rückert, 1997; Martini, 1993). Todavia, do ponto de vista cultural, a indicação é a de que eles guardavam formas próprias de se relacionar com o mundo natural, com a religião e com a sociedade mais ampla da qual participam (cf. Candido, 1964; Franco, 1997; Renk, 1997).

Enfim, eram e ainda são mais facilmente definidos pelo que aparentam ser ou por determinados traços, geralmente considerados negativos, que particularizam seu comportamento: com frequência são representados e apresentados como vadios, móveis, ignorantes, impróprios à modernidade, etc. Por isso, diante dessas primeiras observações, buscarei, daqui em diante, aprofundar mais detidamente as análises sobre esse complexo problema, seus significados e sua importância para a pesquisa histórica.

Raça e nação: os nomes do povo brasileiro

A definição etimológica da palavra “caboclo” tem sua raiz histórica localizada no período colonial brasileiro, quando o termo era utilizado para identificar o indígena ou o produto da miscigenação do colonizador português com o nativo indígena. Ao longo da história, a palavra recebeu diferentes grafias – “caouocolo”, “cabocolo” e “cabocoro”. Foi apenas a partir de 1781 que passou a ser grafada da forma como hoje é conhecida. De acordo com o Dicionário Houaiss, o vocábulo tem origem indígena e designa “indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos” e/ou “indivíduo (especialmente habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos” (Houaiss, 2001). A palavra também tem um sentido religioso, uma vez que, nas religiões ou seitas afro-brasileiras, é a designação genérica dos espíritos de ancestrais indígenas brasileiros.

Câmara Cascudo, em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, afirma que, até fins do século XVIII, a palavra “caboclo” era sinônimo oficial de indígena e, devido ao conteúdo pejorativo que carregava, pelo Alvará de 4 de Abril de 1755, El Rei D. José de Portugal “mandava expulsar das vilas os que chamassem aos filhos indígenas de caboclos”. Ainda segundo Cascudo, nos dias atuais, serve para indicar “o mestiço e mesmo o popular, um caboclo da terra. Discute-se ainda a origem do vocábulo, indígena ou africano”. O autor chama atenção também para dois aspectos importantes relativos ao termo: (i) que, no folclore brasileiro, o termo designa “o tipo imbecil, crédulo, perdendo todas as apostas e sendo incapaz de uma resposta feliz ou de um ato louvável”; e (ii) que “essa literatura humilhante é toda de origem branca, destinada a justificar a subalternidade do caboclo e o tratamento humilhante que lhe davam” (Cascudo, 1962, p. 156-157).

² A literatura produzida no Brasil da virada do século XIX para o XX é demonstrativa desse ponto de vista (ver: Skidmore, 2012; Schwarcz, 1993; Lima, 2003; Sevcenko, 2003).

A existência do Alvará de 1755 demonstra que o termo tem uma longa história e que, desde suas origens remotas, foi objeto de disputa e conflito, tanto é que seu uso foi proibido. Além de buscar apressar o processo de assimilação das populações indígenas e de diminuir a força das congregações religiosas que atuavam no serviço de catequese, um dos principais motivos da publicação do Alvará era garantir braços disponíveis para atuarem no povoamento do território da colônia (Prado Jr, 1973, p. 94), uma das grandes preocupações de Portugal à época. No texto do Alvará, o Rei D. José de Portugal declarava:

*os meus vassallos deste reino e da América, que casarem com as índias dela, não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da Minha real atenção e que nas terras, em que se estabelecerem, serão preferidos para aqueles lugares e ocupações que couberem na graduação de suas pessoas e que seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra, ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma, em razão destas alianças, em que serão também compreendidas as que já se acharem feitas antes desta minha declaração: E outrossim proíbo que os ditos meus vassallos casados com índias, ou seus descendentes, sejam tratados com o nome de **Caboculos**, ou outro semelhante, que possa ser injurioso [...]. O mesmo se praticará a respeito das Portuguesas que casarem com índios: e a seus filhos e descendentes, e a todos concedo a mesma preferência para ofícios, que houver nas terras em que viverem; e quando suceda que os filhos ou descendentes destes matrimônios tenham algum requerimento perante mim, me farão saber esta qualidade, para em razão dela mais particularmente os atender (Silva, 1830, p. 367-368).*

Dois pontos são importantes serem destacados a partir da leitura do Alvará: (a) o fato de que, no período, a palavra “caboclo” carregava um sentido “injurioso” e (b) a tentativa de, por meio de uma lei e de determinadas sanções, anular esse conteúdo. Nesse caso, a punição indicada para quem utilizasse o adjetivo era a de que, dentro de um mês, após comprovada a sua culpa, teria de sair da Comarca onde residia. O texto do Alvará, ao proibir o uso do termo, buscou positivar uma identidade negativa. Uma das formas encontradas para dar conta disso foi oferecer benefícios aos vassallos do rei que casassem com os indígenas, bem como aos descendentes desses casamentos. Contudo, parece que a lei “não pegou”, pois, como demonstrarei adiante, em diferentes contextos e situações, o “nome de caboclos” não deixou de ser usado pejorativamente. Fato que tem dificultado seu emprego.

Sessenta e sete anos após o Alvará, em 1822, o Brasil alcançava sua “independência” e, na sequência

desse acontecimento, ações passam a ser executadas na perspectiva de definir e elaborar uma determinada identidade nacional brasileira. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 é exemplar nesse sentido. Contudo, é na segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX que o Brasil vai assistir ao incremento significativo da produção de uma literatura voltada a estabelecer qual seria essa identidade e, mais especificamente, construir critérios para a elaboração de uma história nacional e designar quem era o povo que formava a nação.

Essa literatura teve como uma de suas principais fontes de inspiração o texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, produzido em 1843 por Carlos Friedrich Philipp von Martius, o qual, com essa monografia, sagrou-se vencedor de concurso promovido pelo IHGB e que tinha como objetivo a composição de uma história para o Brasil. Cabe destacar que uma das principais teses apresentadas por Martius e que ainda exerce forte influência na forma como o Brasil é pensado e definido foi a de que o “povo brasileiro” é resultado do cruzamento de três raças formadoras: brancos, negros e índios. Assim, com base nesta tese, muitas discussões foram realizadas e nelas a palavra “caboclo”, que havia sido juridicamente proibida em 1755, volta a ocupar lugar nas discussões. Não só, mas novas palavras são inventadas e outras ressignificadas para tentar explicar que povo emergiria desse cruzamento. Para este artigo, centrarei a análise em torno das discussões que foram realizadas na virada do século XIX para o XX, pois esse momento, como já grifei, foi profícuo na produção de textos, categorias e conceitos que encontram repercussão ainda nos dias de hoje.

Na época, um dos principais veículos de discussão e construção de interpretações sobre o Brasil era a Revista do IHGB, a qual tinha ampla difusão no país e congregava em torno de si os intelectuais mais reconhecidos de então e que tinham como mote de suas preocupações pensar o Brasil, sua história e identidade. Na edição da Revista de 1893, por exemplo, Tristão de Alencar Araripe publica artigo voltado a discutir assuntos relacionados aos processos de colonização, realizados em terras americanas, por imigrantes europeus de origem não ibérica. Para dar conta da proposta, Araripe toma como base para suas discussões o problema da raça e da nação. No texto, o autor defende que a humanidade é perpétua, porém as raças não são. Nesse contexto, a tendência dos constantes cruzamentos seria, para Araripe, o surgimento de um “produto evoluído”, conseqüentemente as “raças (consideradas) inferiores” (negros, orientais e índios) desapareceriam em razão da predominância da mais “inteligente”, isto é, a “ariana” (brancos). De acordo com esse raciocínio, no Brasil, as “raças inferiores” seriam primeiramente substituídas pelos

“tipos mesclados”, os quais são: “o mameluco, descendente do caboclo e do branco, e o mulato, ou seja, o descendente do branco e do preto”. Tais “tipos mesclados” poderiam se aproximar do “tipo superior”, mas também não seria impossível que retrocedessem “pela renovação do fator preto ou vermelho” (Araripe, 1893, p. 95-98).

Em uma linha de interpretação muito semelhante, em 1900, o Conde de Afonso Celso escreve o livro *Porque me ufano de meu país*. Além da presença de mamelucos (filho do índio e do branco), Afonso Celso destaca que, do cruzamento entre negros e índios, resulta a constituição de um tipo específico cujo nome é “cafuz” ou “caboré”. O conde também chama atenção para uma denominação “popular” segundo a qual por “caboclo”, designam-se os mamelucos e por “cabra” os cafuzos. Desse modo, segundo Afonso Celso, da união entre três elementos racialmente diferentes (brancos, índios e negros) tem-se como resultado a constituição de *dois* tipos de mestiços: os mamelucos, que, “devido a sua energia, coragem, espírito de iniciativa, força de resistência a trabalhos e privações, ganharam justa celebridade no período colonial”, e os cafuzos, que apresentam “as qualidades dos mamelucos, a par de seus defeitos, entre os quais avulta o da imprevidência, total despreocupação do futuro” (Celso, 1997, p. 112).

A contraposição analítica dos textos de Araripe e Afonso Celso possibilita conhecer alguns detalhes que indicam as dificuldades vivenciadas por aqueles que se lançaram na tarefa de definir o Brasil, seu povo e sua identidade. Assim, se Araripe não dedicou linhas de seu texto para tratar daqueles que Afonso Celso chama de cafuzos (filho do negro e do índio), o conde também não dedica espaço em seu livro para tratar dos mestiços que são descendentes do cruzamento entre brancos e negros (os mulatos para Araripe) nem apresenta a palavra que servia para identificá-los. Os desencontros não param por aí, pois, enquanto para Araripe “caboclo” é palavra empregada como sinônimo de indígena, no entender de Celso, ela serve para designar os mestiços. Muito provavelmente essas incompletudes são consequência da própria tarefa que esses textos buscavam cumprir, ou seja, construir explicações que dessem conta de representar o que era o Brasil e o povo brasileiro. As pessoas que se lançaram nesse desafio não tinham grandes modelos teóricos a serem seguidos, uma vez que os existentes eram resultado de experiências históricas diversas (europeias ou norte-americanas) e que não se adequavam à realidade brasileira. Trata-se, portanto, de uma história que estava em construção, fato que ajuda a entender seus possíveis desencontros e contradições, bem como seu esforço em criar modelos e também, como buscarei apresentar mais adiante, justificar determinados tipos de relação social.

Em momento muito próximo ao lançamento da primeira edição do livro de Afonso Celso, em 1902, é publicado o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Este livro, seu autor e, principalmente, o que, desde sua publicação até os dias de hoje, foi escrito sobre eles foram muito importantes no processo de fundamentação das representações existentes sobre o povo brasileiro e, de modo particular, sobre a camada populacional que é o foco da atenção neste artigo. As pesquisas que se debruçaram sobre a tarefa de discutir a importância de *Os Sertões* no sentido do estabelecimento de critérios para a definição da identidade brasileira têm destacado que a leitura preponderante do livro é a que aponta o *sertão* e o *sertanejo* como os “cernes da nacionalidade” brasileira em contraposição ao litoral e seus habitantes (Abreu, 1998). Nesse caso, novamente é possível visualizar o quanto as discussões andavam desencontradas na época, pois, enquanto Araripe, Afonso Celso e outros pensadores buscavam palavras específicas para denominar determinados segmentos populacionais a partir dos cruzamentos raciais possíveis, Euclides da Cunha, embora não abandone totalmente essas palavras, trata-os apenas como *sertanejos*, termo que tem relação com o local onde essas pessoas habitavam: o sertão.

A definição que Euclides da Cunha faz do *sertanejo*, por seu turno, não é muito diferente da que os autores já citados realizaram. Para Cunha, o *sertanejo* “é desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. [...] É o homem permanentemente fatigado” (Cunha, 2006, p. 118-119), um “preguiçoso” que não trabalha além da quantidade necessária para subsistir. Contudo, esta série de características não é estática, pois, dependendo da situação – as investidas do exército nacional ao “arraial” de Canudos, por exemplo –, esse “homem permanentemente fatigado” pode se transmutar e, “da figura vulgar do *tabaréu* canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, em um desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias” (Cunha, 2006, p. 118-119, grifo meu).

Para melhor compreender algumas das posições adotadas por Euclides da Cunha e alguns de seus contemporâneos, deve-se ter em conta os debates que se travavam. As pesquisas que versaram sobre o assunto têm destacado a existência na época de um movimento intelectual voltado à valorização do sertão, “seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional” (Lima, 1999, p. 65). O livro de Euclides da Cunha ocupou papel destacado na difusão desse ideal, visto que, em torno dele, aglutinaram-se os principais intelectuais da época, tais como Sílvio Romero, José Veríssimo, Coelho

Neto, Araripe Junior e outros mais.³ Esses intelectuais tinham como temática principal de suas produções o Brasil do interior e encontraram em *Os Sertões* um ponto de referência para suas ponderações. Assim, assinala Regina Abreu, contribuíram de forma direta no processo de transformação desse livro em um *clássico* para pensar o Brasil. Além disso, ajudaram a tornar *sertão* e *sertanejo*, que no início do século XX eram categorias de sentido amplo, em palavras que passaram a ser usadas para se referir a uma população e a “uma região geográfica específica, região árida e desértica, como a que Euclides da Cunha pisou enquanto correspondente de guerra” (Abreu, 1998, p. 193).

Outro autor importante que se lançou na tarefa de definir o Brasil e os brasileiros foi Oliveira Vianna. Em *Populações meridionais do Brasil*, publicado em 1918, Vianna constrói uma história da formação das populações rurais do Brasil desde os primeiros momentos da colonização portuguesa até o fim do segundo reinado. Para tanto, desenvolve sua análise a partir da divisão dessa população em dois grupos: de um lado, estão os “grupos familiares superiores”, caracterizados pelo patriarcalismo comum ao latifúndio; e, de outro, está a “família plebeia”, marcada pela sua instabilidade resultado de sua formação, cuja base é “a mancebia, a ligação transitória, a poliandria difusa” (Vianna, 1938, p. 45-46). O segundo segmento, “baixo povo dos campos”, “plebe rural” ou “baixo povo rural”, de acordo com o autor, é composto, em sua maioria, por mestiços. Também são chamados de *tabaréus*, *caípiras*, *matutos*, mas esses termos são utilizados apenas pelos homens da cidade para troçar dos “homens de pura formação rural”, ou seja, todos aqueles que vivem no interior, inclusive fazendeiros (grupos familiares superiores). Vianna também se preocupa em encontrar a origem dessa plebe rural, a princípio colonos pobres vindos de Portugal, os quais em função de sua pobreza não tinham condição de adquirir sesmarias, encontrando, assim, refúgio na situação de agregados, moradores dos latifúndios.

Tal população é, nas palavras do autor, “uma resultante lógica do regime sesmeiro e do regime servil. Falhasse uma dessas condições (ou a escravidão, ou o latifúndio), e esses agregados surgiriam com outros traços sociais”. Inicialmente eram todos brancos, mas com o passar dos anos e o aumento dos contatos dessa população com indígenas, negros e alguns mestiços já existentes, resultou na fundição desses colonos “nessa ralé absorvente” (Vianna, 1938, p. 77-78). Dessa forma, segundo o raciocínio de Vianna, o latifúndio foi o responsável por colocar em contato as três raças “formadoras do nosso povo”, um esplêndido “núcleo de elaboração do mestiço”. Inicialmente o elemento predominante foi o *mameluco*

(filho do branco e do índio); posteriormente, com o aumento da população negra escrava e a fuga do indígena em direção às zonas ainda não incorporadas, o elemento *mulato* (filho do branco e do negro) passa a predominar, sendo que o *cafuzo* (filho do negro e do índio) sempre será o elemento numérico menor devido, segundo Vianna, à “repulsa do índio pela negra”.

Para o autor, há uma classificação étnica no Brasil, pois o mestiço cria repulsa aos elementos “inferiores” dos quais é originário. Em consequência, o mameluco se torna inimigo do índio, e o mulato do negro. Os mestiços também criaram um preconceito ao trabalho rural, o qual consideram a principal tarefa do negro escravo. Por sua vez, “o branco superior da alta classe o repele. Como, por seu termo, ele foge das classes inferiores, a sua situação social [dos mestiços] é indefinida”, pois até o branco pobre se considera superior ao mestiço pobre.

Data de 1918 também a publicação do livro *Urupês* de Monteiro Lobato, de longe um dos livros que mais gerou e ainda gera polêmica sobre a nomenclatura utilizada para identificar o conjunto da população brasileira que vivia no interior/sertão. Nessa obra, essas pessoas que recebiam diferentes nomes – mamelucos, cafuzos, mulatos, sertanejos, tabaréus, etc. – passam a ser unicamente chamadas de *caboclos*. Dos textos até agora discutidos, é em *Urupês* que o conteúdo pejorativo da palavra “caboclo” vem à tona de modo mais explícito e onde ela é expressamente usada para se referir genericamente a um tipo de homem e a um tipo de sociabilidade e modo de vida. Nesse livro, Lobato não centra sua explicação em teorias raciais ou vincula a situação do caboclo a problemas sociais, mas o que faz é descrever de maneira crítica, com tons pejorativos, a vida cotidiana e os costumes do caboclo e/ou *Jeca Tatu*:

espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável a civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (Lobato, 1957, p. 271-272).

Esse comportamento, para Lobato, é expressão do parasitismo do caboclo e da falta de aptidão para o trabalho dessa *Velha Praga*. Nesse caso, novamente ocorre a condensação em uma só palavra de um conjunto de representações que andavam dispersas e desencontradas. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em *Os Sertões*,

³ Para aprofundar discussões sobre a produção intelectual e literária durante o período da Primeira República, ver Sevckenko (2003).

em que há espaço para uma tímida valorização do sertanejo, no conjunto de textos que formam o livro *Urupês*, Monteiro Lobato foi eficaz em retratar o caboclo a partir de uma série de características negativas e negativadoras. Ação que teve tamanha força e receptividade que, mesmo Lobato, quando tentou revertê-la, encontrou dificuldades.⁴

Como é possível verificar até aqui, o período que compreende a virada do século XIX para o XX é carregado de oposições e divergências nas discussões e nos termos que são empregados para definir o que era o Brasil e mais detidamente o povo brasileiro. A presença de desencontros em relação às palavras que servem para denominar a população do interior do Brasil, de produções que buscavam valorizar a autenticidade dessa população e outras que tendem a representá-la de forma pejorativa, demonstra o quanto o projeto de nação estava em disputa e encontrava diferentes significados dependendo muito de quem o veiculava.

Nesses termos, para os grupos intelectuais mais vinculados ao Brasil do interior que, embora oriundos das elites regionais, vinham de regiões economicamente periféricas ou que, como é o caso de Euclides da Cunha, de alguma forma tinham entrado em contato direto com o sertão, é possível identificar certa tendência à valorização desses espaços e seus habitantes. Fato que ajuda a entender por que intelectuais como Sílvio Romero, José Veríssimo, Coelho Neto, entre outros mais, fazem um esforço muito grande em suas obras para positivar o Brasil e o “homem do sertão”.⁵ Já na produção mais diretamente vinculada aos setores economicamente hegemônicos, precisamente entre os grupos que tinham como mote de suas preocupações o problema da mão de obra, o ponto de vista sobre essa população tende para a negatização (caso de Monteiro Lobato, que elaborou o conjunto de contos que compõe o *Urupês* movido pelo fato de que encontrou dificuldade em conseguir pessoas dispostas a trabalhar na fazenda de café que havia herdado). Em contrapartida, mesmo que esses intelectuais tivessem divergências e desencontros em algumas de suas ponderações, também tinham certas abordagens em comum. Na verdade, todos eles, embora uns mais e outros menos, tinham como chave para compreensão da realidade brasileira a oposição civilização/barbárie que, por seu turno, levava

à identificação de um segundo par daí derivado, progresso/atraso que, por sua vez, conduziu a reflexões sobre uma terceira oposição elite/povo.

O povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se tinha

em vista era alcançar o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma identificação do brasileiro pela ausência do que se esperava ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava (Naxara, 1998, p. 18).

Em sua grande maioria, as produções que buscavam interpretar o Brasil foram realizadas tendo como mote explicativo as teorias raciais em voga no período. Lilia Moritz Schwarcz, ao estudar a questão, destaca que, na época, o cruzamento de raças era entendido como uma questão central para a compreensão dos destinos da nação. O conceito de raça era manejado e aplicado como um objeto de conhecimento e foi, em termos de seu significado, “constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico” (Schwarcz, 1993, p. 17).

A grande recepção que as teorias raciais tiveram no Brasil está muito diretamente vinculada à conjuntura socioeconômica vivida. De modo geral, elas se apresentavam como um modelo teórico viável na justificação da realidade social então vigente. Essa constatação ganha sentido ao se levar em conta que o período entre os anos de 1850 e 1930 foi marcado por um conjunto de transformações que alteraram profundamente a realidade nacional. Além da necessidade de substituição de mão de obra devido ao fim da escravidão, da entrada de um contingente significativo de imigrantes no Brasil, da passagem da Monarquia à República e outros tantos fatos mais, também estava em jogo a conservação de uma hierarquia social e de uma estrutura de dominação. Tanto uma como a outra eram heranças do período colonial; afora isso, também eram profundamente rígidas em seus preceitos e, diante das mudanças então em curso, precisavam encontrar novos fundamentos para sua existência.

Esses fatos somados a outros mais levaram ou agudizaram a necessidade de se estabelecerem parâmetros diferenciados de cidadania, e a noção de raça passou a ser um desses critérios. Assim, segundo Schwarcz, o que os intelectuais brasileiros fizeram foi achar saídas originais que acomodaram modelos teóricos de origens diversas, sempre na perspectiva de “adaptar” tais teorias à realidade nacional. Nessa linha,

do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não

⁴ Já no prefácio da 4ª edição de *Urupês*, saída também em 1918, o autor, após sua aproximação com o movimento sanitarista, revê alguns de seus posicionamentos e passa a defender que o caboclo não era como ele o havia inicialmente descrito, mas que estava daquele jeito muito devido aos problemas de saúde a que andava exposto.

⁵ Para aprofundar discussões sobre essa matéria (Abreu, 1998).

permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso (Schwarcz, 1993, p. 18).

As teorias que fundamentavam as interpretações raciais que se faziam sobre o Brasil, na verdade, eram “modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (Schwarcz, 1993, p. 30). A partir disso, teorias diversas, muitas vezes também divergentes, foram reformuladas e aplicadas com o intuito de pensar e definir o Brasil enquanto nação e a identidade de seu povo, o qual, como demonstra Naxara, antes foi definido pelo que lhe faltava do que por aquilo que efetivamente era. Como buscarei demonstrar nas próximas linhas, muito se andou na perspectiva de reverter esse quadro analítico, principalmente no sentido do estabelecimento de críticas aos pontos de vista preconceituosos muito presentes nessas explicações, contudo a força e a presença delas, em determinados contextos e situações, ainda é bastante significativa.

Para além da noção de raça: os caboclos sob o novo olhar da academia

Embora cada vez mais questionadas, a força interpretativa das teorias raciais encontrou espaço importante nos estudos que têm o Brasil e seu povo como mote de pesquisa até, pelo menos, as décadas de 1940/1950, quando novos estudos sobre o tema são elaborados. Diferentemente da primeira fase até aqui discutida, essa nova produção terá como eixo a realização de abordagens acadêmico-científicas elaboradas por pesquisadores vinculados às universidades recém-fundadas no Brasil. Fato que redundou em uma maior profissionalização e no emprego de métodos mais rigorosos de pesquisa.⁶ Contudo, isso não significou o abandono completo da produção intelectual anterior, bem como de alguns de seus preconceitos que, em muitos casos, passaram a ser fundamentados em outros critérios.

Para tratar desse problema de forma mais específica, serão abordadas algumas pesquisas que se tornaram referência sobre a questão, que foram realizadas nessa época e que tinham por objeto o Brasil do interior, especialmente as regiões que foram, ao longo do século XIX

e do XX, alvo dos processos de ocupação realizados por imigrantes europeus. Nesse caso, uma das preocupações dos estudiosos passou a ser a forma como os imigrantes europeus e seus descendentes, a partir de seu estabelecimento no Brasil, passaram a construir formas específicas de cultura e sociabilidade ou, para usar os termos então empregados, se aculturaram e/ou assimilaram a realidade brasileira. Para esses pesquisadores, os imigrantes, a partir do contanto que estabeleceram com as populações que já habitavam nos territórios onde foram residir e de sua adequação ao novo meio físico, construíram identidades singulares.

Um dos investigadores pioneiros a realizar esse tipo de abordagem no Brasil foi o pesquisador alemão Emilio Willems, que foi professor de antropologia e sociologia na Universidade de São Paulo entre os anos de 1936 e 1948. Uma das principais obras em que tentou entender o processo de assimilação dos imigrantes é o livro *A aculturação dos alemães no Brasil*, publicado em forma de livro em 1940. Para Willems, o contato entre os alemães e os “nacionais”, que ele denomina de “caboclos” ou “caiçaras”, exerceu influência fundamental na maneira pela qual os imigrantes passaram a constituir seu processo de “nacionalização”. Segundo o autor, a consciência nacional do caboclo e do caiçara dependia dos contatos que eles estabeleciam com “as instituições destinadas a transmitir os valores representativos da nacionalidade”. Contudo, como essas relações não eram muito fortes e como, geralmente, “eram mais caboclos e caiçaras do que brasileiros, isto é, representam valores antes locais do que nacionais”, os imigrantes que se associavam a eles acabaram seguindo o mesmo caminho e, assim, “acabocloram-se”.

Segundo Willems, os contatos entre caboclos e imigrantes tinham como uma de suas principais marcas a forma conflituosa com que se desenvolviam, pois uma de suas bases de realização eram os preconceitos que esses grupos guardavam entre si. Ao tratar desse assunto em relação aos imigrantes alemães, o autor registra o seguinte:

*não admira que a palavra “caboclo” se tenha tornado [para o imigrante alemão] símbolo verbal de “inferioridade cultural”, chegando mesmo a ser insulto na boca do teuto-brasileiro. “Caboclo” é o homem que não trabalha, que é analfabeto e cachaceiro, sífilítico e opilado, que não educa seus filhos e não pensa no dia de amanhã. Em algumas regiões, o caboclo é chamado **Schlammburger**, quer dizer, alguém que habita um “castelo de lama”. O “castelo de lama” talvez seja a casinha de pau-a-pique com paredes de barro.*

⁶ Para aprofundar a discussão sobre o assunto, especialmente sobre os processos que ocorreram na década de 1940/1950 e que levaram a uma maior profissionalização do campo de pesquisas científicas no Brasil (ver: Fávoro, 2006).

À tendência do imigrante germânico para classificar o caboclo como representante de uma cultura inferior, correspondia o reconhecimento espontâneo, pelo caboclo, da “superioridade” cultural do adventício (Willems, 1980, p. 134–135).

A influência do contato entre caboclos e imigrantes teve maior efetividade, de acordo com Willems, no modo como os imigrantes absorveram alguns aspectos culturais locais e principalmente os instrumentos de trabalho utilizados nas lides agrícolas. Para o autor, a adaptação dos imigrantes ao novo meio foi regulada pela pressão das condições mesológicas. Ou seja, a impossibilidade de usar, em terras brasileiras, as técnicas agrícolas que conheciam em sua região de origem fez com que os imigrantes passassem a adotar as técnicas de trabalho que os caboclos já utilizavam.

Os constantes contatos e a distância da terra natal paulatinamente diminuíram a distância cultural entre caboclo e imigrante: “o ‘acaboclamento’ de teuto-brasileiros é um fato registrado por toda a parte onde se fixaram imigrantes alemães” (Willems, 1980, p. 144). Willems também sublinha que distância não diminui apenas em função do “empobrecimento cultural” do alemão, mas porque o caboclo passou a incorporar em seu patrimônio alguns elementos culturais oferecidos pelos imigrantes. Todavia, nesse processo, era maior o número de teuto-brasileiros que aceitaram o “regime de trabalho itinerante” característico do caboclo do que o contrário.

Ao tratar das questões ligadas à “aculturação” dos alemães no Brasil, sempre que emprega o termo “caboclo”, Willems usa-o na perspectiva de definir o contato entre os imigrantes e a população nacional. Afirma que o fato de os caboclos apresentarem padrões culturais “menos desenvolvidos” em relação aos imigrantes era consequência de seu ajustamento ao meio. Da mesma forma, a necessidade de os imigrantes se ajustarem a esse meio os levou a abandonarem alguns traços de sua cultura original, tomados como “mais evoluídos”. No texto de Willems, a palavra tem o sentido de representar um modo de vida e toda uma série de elementos culturais, tanto materiais como intelectuais, que abrangem desde os instrumentos usados no trabalho agrícola até formas de interpretação do mundo e da sociedade. A palavra “caboclo” quer representar, portanto, um tipo social que habita o mundo rural, que tem uma forma de viver, comparativamente aos colonos imigrantes, diferenciada e que é interpretada pelo imigrante como “pobre”. Por seu turno, segundo esse ponto de vista, o imigrante ou descendente, quando adota para

si o modo de vida característico do caboclo, é definido e/ou considerado um “acaboclado”.⁷

Leo Waibel foi outro pesquisador que escreveu na década de 1940 e empregou a palavra “caboclo” no sentido de designar o camponês nacional pobre, portador de um modo de vida próprio. É importante destacar que, para Waibel, o termo caboclo designa um tipo étnico, cuja principal característica é a sua inferioridade técnica e intelectual em relação ao camponês europeu. Ao tratar dos europeus que imigraram para o Rio Grande do Sul e da prática agrícola que exerciam nas colônias, Waibel destaca que o método de trabalho adotado era “o mais primitivo sistema agrícola do mundo”, ou seja, o sistema de roça. É a partir da prática desse tipo de agricultura que o imigrante europeu, segundo Waibel, aproxima-se ao nível de vida do caboclo e/ou acaba-se. Assim, segundo o geógrafo alemão,

os pequenos proprietários europeus não poderiam aplicar, por gerações sucessivas, o sistema agrícola mais extensivo e mais primitivo do mundo sem abrir mão e perder elementos essenciais da sua cultura e tradição. Especialmente nas áreas montanhosas, de povoamento antigo e nas regiões remotas, muitos colonos alemães, italianos, polacos e ucranianos tornaram-se verdadeiros “caboclos”, gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas (Waibel, 1979, p. 246).

As análises produzidas por esses dois pesquisadores foram muito influentes e se desdobraram em uma série de outros trabalhos importantes. Uma de suas qualidades foi terem conseguido estabelecer uma ruptura com a ideia de que as diferenças entre o nível de vida e o padrão cultural existentes entre caboclos e os imigrantes era uma questão de raça. Contudo, passaram a justificar as diferenças existentes como resultado da adaptação desses grupos ao meio em que viviam. Por seu turno, pouco atentaram para as questões históricas e sociais que também estavam na base dessas diferenças.

Todavia, essa não é uma peculiaridade de Willems e Waibel, pois no período que se estende entre as décadas de 1940 e 1960 muitos pesquisadores se propuseram construir novas interpretações sobre o Brasil e sua história pautados em critérios científico-acadêmicos. A produção intelectual que tem como mote pensar a inserção dos imigrantes na realidade brasileira, os processos de colonização, de constituição e de definição de identidades culturais é muito vasta para ser tratada detalhadamente no espaço

⁷ Para aprofundar discussão sobre o termo e sua utilização no contexto das regiões de colonização imigrante (ver: Seyferth, 1991; Renk, 2000).

deste artigo. Essa tarefa exigiria discutir e problematizar as interpretações e análises produzidas por pesquisadores como Jean Roche (1969), Roger Bastide (1971), Jaques Lambert (1978), Pierre Monbeig (1984) e vários outros mais. Estes intelectuais, a partir de diferentes perspectivas e áreas do conhecimento, contribuíram muito diretamente no desenvolvimento da pesquisa histórico-científica no Brasil. Contudo, ainda que tenham avançado em relação as interpretações raciais preponderantes no Brasil de então, não alcançaram muito êxito em relativizar a visão preconceituosa, presente não só entre os imigrantes, mas na sociedade brasileira como um todo, a respeito do modo de vida tradicional dos caboclos. Tarefa essa que, como veremos na sequência, ficou a cargo de uma nova geração de pesquisas e de pesquisadores.

Caboclos: um novo contexto, novos significados

Ainda na década de 1960 é possível identificar um terceiro momento na produção de interpretações sobre o universo rural brasileiro, também vinculada às universidades, mas menos preocupada com os problemas referentes à identidade nacional, da definição dos critérios que estipulariam as especificidades do “povo brasileiro” e da assimilação. O livro *Parceiros do Rio Bonito*, produzido inicialmente como tese de doutoramento em 1954 e publicado em 1969, de autoria de Antônio Candido, é um dos estudos pioneiros a fazer essa ruptura. Para Candido, há uma equivalência, no Brasil, entre a palavra “caboclo” e “rústico”, sendo que o último quer se referir “às culturas camponesas”, e o primeiro “às modalidades étnicas”. Para escapar desse problema, na sua pesquisa sobre uma comunidade rural situada no interior do estado de São Paulo, Candido utiliza o termo “caipira” para identificar a população com a qual trabalha. O motivo da escolha é que “caipira”, segundo o autor, tem “a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se, pelo uso inveterado, quase apenas à área de influência histórica paulista” (Candido, 1964, p. 8).

Diferentemente das análises até aqui tratadas, Candido se preocupou em compreender o modo de vida do “caipira paulista” a partir dos processos sociais em que essas populações estavam envolvidas e de sua conexão com a história da ocupação territorial no Brasil. Nesses termos, Antônio Candido evidencia que a sociedade “caipira tradicional”, diante desse processo, elaborou “técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio”, desenvolvendo “uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência” (Candido, 1964,

p. 19). Assim, o caipira passou a elaborar formas de equilíbrio ecológico, às quais se apegou e as tornou “expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade”. Esse modo de vida que, de acordo com algumas leituras, é tratado como prova da inferioridade social, racial e cultural do caipira, segundo Candido, antes é expressão de um tipo específico de sociabilidade, a qual tem critérios próprios de racionalidade e que encontra explicação histórica e social, pois:

esse caçador subnutrido [caipira], senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pode, não soube ou não quis encarar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social (Candido, 1964, p. 60).

Todavia, como Candido chama atenção, a palavra caipira tem a característica de se restringir à “área de influência histórica paulista”. Dessa maneira, mesmo rompendo com uma tradição que historicamente tratou esse segmento populacional de forma altamente pejorativa, ainda restou aos pesquisadores a tarefa de encontrar palavras que fossem equivalentes para as outras regiões do país. No caso dos estados situados na parte sul do Brasil, como veremos adiante, alguns estudos vêm empregando o termo “caboclos” para identificar as populações que viviam e vivem nas mesmas condições de existência e que guardam formas de sociabilidade e de cultura semelhantes àquelas encontradas por Antônio Candido para o caso paulista.

Em período muito próximo à publicação do *Parceiros do Rio Bonito*, em 1969, foi publicado o livro *Homens livres pobres na ordem escravocrata*, de autoria de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Assim como no caso de Candido, o texto de Franco é resultado de uma tese de doutorado defendida em 1964. Da mesma forma como o primeiro autor discutido, Franco se destaca pelo seu pioneirismo em tratar de assuntos relativos ao universo das populações camponesas brasileiras. Neste caso, para identificar os grupos sociais que viviam da prática de uma agricultura de subsistência no contexto da escravidão, a autora adota o termo composto “homens livres pobres”.

Em sua pesquisa, Franco tratou de estudar o modo como vivia o contingente de pessoas que, no período escravocrata, compunha um sistema de relações e uma forma de organização social peculiar, a qual foi uma resultante dos limites impostos por uma sociedade baseada na agricultura expansiva, centrada na monocultura e voltada

para exportação. De acordo com Franco, esse conjunto de circunstâncias levaram os grupos de *homens livres pobres* a realizarem um “modo de vida seminômade, baseado numa agricultura itinerante cujos produtos eram suplementados pela caça, pesca e coleta” (Franco, 1997, p. 31-32). Como Candido, Franco prefere o termo caipira. Para a autora, as constantes tensões, tanto internas aos grupos de *homens livres pobres* quanto as impostas pelo exterior, faziam o deslocamento para as áreas ainda não atingidas pela agricultura comercial uma forma de manutenção do modo de vida caipira. Circunstância que igualmente garantia a expansão da fronteira agrícola e a colonização de novas áreas. Convém ressaltar, nesse sentido, que as leituras tradicionais sobre essa característica definiam que a constante mobilidade dos caboclos nas áreas de fronteira agrária era uma prova concreta de sua inaptidão para o “trabalho produtivo”.

Embora a pesquisa de Franco represente um grande avanço em termos da produção de estudos sobre o assunto, particularmente por ter levado em conta a situação histórica e social dessas populações, tem o problema de tratar aqueles que ela chama de *homens livres pobres* como portadores de um “padrão cultural pobre”. Essa característica, segundo Franco, ajudaria a compreender a constante presença de ajustes violentos no cotidiano dessas pessoas. Ao definir a cultura dos *homens livres* como “pobre”, Franco acaba desconsiderando que a cultura não é uma característica inata aos grupos sociais, mas antes é algo processual que sempre está em constante negociação e mudanças. Dessa maneira, a autora não leva em conta o quão arriscado é estabelecer divisões entre uma suposta cultura superior “com C maiúsculo” e outra cultura popular “com c minúsculo”, pois é importante que se tenha em conta que, mesmo “operando ao nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a ‘se virar’ e podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos” (Darton, 1986, p. XIV).

Como é possível verificar a partir da leitura da bibliografia discutida até aqui, a utilização do termo “caboclos” exige certo cuidado. Não obstante, também é possível visualizar que, na medida em que o tempo avança e novas pesquisas são produzidas, as dificuldades iniciais em empregar a palavra vêm sendo superadas. Por exemplo, o sentido étnico da palavra, que é problematizado por Candido, atualmente ganhou uma conotação menos problemática, pois esse conteúdo é importante para o caso dos estudiosos que se preocupam em pensar as questões

relativas aos conflitos e negociações que acompanharam o processo de colonização, bem como os contatos estabelecidos entre os diferentes grupos – sociais e étnicos – que se envolveram no processo (ver: Renk, 1997; Silva, 2004). Todavia, para poder ser usada nessa perspectiva, foi necessário fazer todo um trabalho de crítica ao conteúdo pejorativo que a palavra historicamente adotou.

Caboclos no Rio Grande do Sul

No caso específico do Rio Grande do Sul, a conjuntura das décadas de 1980 e 1990 influenciou muito diretamente na produção de estudos que elegeram como foco de suas análises a questão agrária.⁸ Esse foi um momento histórico no qual os conflitos rurais, especialmente a luta pela terra, ganharam proporções inéditas. Em consequência, a situação de miséria no campo, de concentração fundiária e de expulsão de trabalhadores rurais de suas terras passa a ser interpretada como expressão de processos sociais e políticos mais amplos.⁹

Esses novos trabalhos de pesquisa, do ponto de vista histórico, passaram a demonstrar que o problema agrário brasileiro é tão antigo quanto a história de sua ocupação. Assim, ao tomar como referência a época que se refere à virada do século XIX para o XX, por exemplo, verifica-se que as políticas de povoamento e colonização levadas a cabo pelos governos estaduais e federais tinham por objetivo modernizar a agricultura brasileira (Silva, 2012). Nessa perspectiva, tais políticas foram desenvolvidas a partir do estabelecimento de critérios étnicos, uma vez que os caboclos, os indígenas e os negros eram considerados incapazes de superar a “condição de atraso” em que viviam. Assim, as políticas governamentais acabavam por favorecer as populações imigrantes, consideradas técnica e moralmente superiores aos habitantes tradicionais do Brasil (Zarth, 1997). Algum tempo depois, a partir da década de 1950-1960, novamente acontece a promoção de políticas voltadas a modernizar a agricultura (Linhares e Silva, 1981). Dessa vez, como da primeira, foram executadas de forma a favorecer os grandes proprietários de terras, contudo, no sul do Brasil, a necessidade de povoar espaços considerados vazios não mais existia.

Nessa nova conjuntura (1950-1960), os descendentes dos primeiros imigrantes não tiveram acesso aos benefícios que seus ascendentes receberam na época de sua chegada ao Brasil e passaram a ser expulsos das terras

⁸ Não disporei de espaço, nos limites deste artigo, para tratar detalhadamente sobre a produção de pesquisas que têm adotado a palavra “caboclos” no âmbito dos três estados. Focarei a análise para o caso do Rio Grande do Sul. Contudo, ao longo do artigo, faço referência a trabalhos de pesquisas que têm debatido temas semelhantes para os estados de Santa Catarina e Paraná.

⁹ Deve-se acrescentar como motivo para produção de novas abordagens o fato de que, esse período foi marcado pela introdução no Brasil das discussões historiográficas que vinham sendo feitas na Europa, especialmente na França (Escola dos Annales) e na Inglaterra (a obra de Edward Palmer Thompson), as quais tiveram forte influência na produção historiográfica brasileira e indicaram a eleição de novos temas e problemas para os debates nacionais.

que ocupavam. Ao refletir sobre esse problema, tanto os estudiosos como as pessoas que estavam diretamente envolvidas nele compreenderam que os conflitos no campo não eram uma questão de raça, de meio físico ou de descendência étnica, mas política e social. Destarte, alguns processos que, na última quadra do século XX, ganharam proporções mais nítidas para os descendentes de imigrantes já eram profundamente conhecidos pelos caboclos, pelos indígenas e pelas populações afrodescendentes. A começar desse momento, a historiografia que trata do agrário no Rio Grande do Sul volta definitivamente seu olhar para esses fenômenos e grupos sociais; conseqüentemente, não só os caboclos, mas também os indígenas e as populações negras tornaram-se objeto de novas abordagens por parte dessa historiografia. Da mesma forma, começam a ser produzidas novas leituras sobre os processos de colonização levados a cabo pelos imigrantes.

Destacam-se como pesquisas pioneiras sobre o rural no Rio Grande do Sul os trabalhos de Ivaldo Gehlen (1983), Helen Osório (1990), Maria Filippozzi Martini (1993), Paulo Afonso Zarth (1997), Aldomar Rückert (1997), Telmo Marcon (1997), Marcos Justo Tramontini (2000), Regina Weber (2002), João Carlos Tedesco (1999) e outros mais que desenvolveram análises que vêm servindo de referência a uma nova e atual geração de pesquisadores, os quais têm avançado a passos largos no sentido de problematizar e compreender o Rio Grande do Sul a partir do ponto de vista da história agrária. Não disponho, nos limites deste artigo, de espaço suficiente para tratar de toda essa produção intelectual em detalhes. Assim, a abordagem ficará restrita a apresentar algumas das reflexões produzidas por Maria Filippozzi Martini e Paulo Afonso Zarth, dois dos pioneiros no campo da história a se lançarem na tarefa de discutir os caboclos no Rio Grande do Sul.

Em sua dissertação de mestrado, Maria Filippozzi Martini elabora minuciosa análise a partir da qual procura definir, mediante estudo bibliográfico, a constituição de um campesinato pobre no Rio Grande do Sul. Para a autora, a palavra “caboclo” adota o sentido de camponês pobre e, com base nessa definição, discute temas relativos à origem social dos caboclos, de quais correntes migratórias e imigratórias são provenientes, a maneira como atuaram no processo de ocupação das terras rio-grandenses e o modo como a política nacional os encarava. Para Martini, o caboclo é um camponês “sui generis” que possuía uma inserção econômica particular, a qual variava entre a coleta extrativista de erva mate, o trabalho com o gado nas estâncias onde igualmente poderia ser um agregado. Além dessas possibilidades, podia pertencer a um ou outro determinado bando de “ladrões/contrabandistas”, integrar-se

com povos indígenas, alistar-se – de modo opcional ou imposto – como soldado em alguma tropa, praticar o comércio de mulas, gado vacum e cavalos nas tropeiras, além de cultivar pequenas roças para a subsistência.

Embora a autora não tenha se debruçado na análise de um conjunto específico de fontes primárias, seus estudos possibilitaram avanços significativos na perspectiva de questionar alguns dos postulados que, até então, eram caros à historiografia produzida sobre o Rio Grande do Sul. Destaca-se, nesse sentido, sua perspicácia em demonstrar a importância dos caboclos no processo de formação do estado, tarefa que, invariavelmente, era indicada como obra do trabalho de uma elite branca e que se definia como europeia.

Em uma perspectiva não muito diversa, mas diferentemente de Martini, adotando como base de suas análises um conjunto significativo de fontes sobre o Rio Grande do Sul do século XIX (documentos de Estado, relatos de viajantes, inventários *post mortem*, processos-crime e outras mais), Paulo Afonso Zarth desenvolve importante pesquisa sobre a temática. Inicialmente defendida como dissertação de mestrado e publicada em formato de livro em 1997, o *História agrária do Planalto Gaúcho* pode ser considerado uma das obras referências quando o assunto em discussão é a presença e atuação dos caboclos no Rio Grande do Sul.

Ao tratar sobre o problema da nomenclatura, Zarth afirma que, na documentação por ele analisada, o caboclo recebe mais de uma denominação. As nomenclaturas possíveis estão, segundo o autor, diretamente ligadas às atividades econômicas exercidas por essas pessoas. Assim, são identificados como “agregados”, “posseiros”, “posteiros”, “intrusos”, “ervateiros” (categoria mais comum na região do planalto rio-grandense, devido à grande quantidade de pessoas envolvidas na coleta de erva mate). Diante dessa variabilidade de nomenclaturas, Zarth propõe a seguinte reflexão:

O termo mais comum para designar os camponeses livres é lavrador nacional. No censo de 1872, a profissão lavrador é a mais comum entre os recenseados de alguns municípios agrícolas do interior da província. A palavra é empregada, basicamente, para designar o que a literatura especializada chama de camponês. Frequentemente emprega-se o adjetivo nacional para diferenciá-lo do lavrador imigrante.

Uma palavra muito comum na documentação e na literatura é caboclo que tem sentido étnico, mas também cultural ou sociológico. [...] A palavra caboclo é largamente utilizada na literatura para designar genericamente o lavrador nacional pobre, com um sentido mais cultural do que étnico (Zarth, 1997, p. 168-172).

Aqui há que se fazer uma pequena observação referente à análise de Zarth, pois é importante que se registre que o emprego da palavra “caboclo” está muito associado ao tipo de fonte com a qual se trabalha e com o lugar social ocupado por quem elabora a fonte. No caso dos documentos produzidos pelo Estado, por exemplo, especialmente aqueles que se referem ao período da segunda metade do século XIX e início do século XX, embora o termo “caboclo” não esteja ausente, é usado de forma esporádica, sendo mais comum a utilização do adjetivo “nacionais”.¹⁰ Nesse período, o termo “nacionais”, como sublinha Zarth, encontrava sentido na circunstância de que servia para diferenciar os caboclos dos imigrantes. Afora isso, seu emprego possibilitava silenciar o conteúdo pejorativo comum à palavra “caboclo”, portanto evitava os possíveis problemas e conflitos que poderiam advir de seu uso.

Todavia, contrapor o caboclo em relação aos imigrantes a partir do ponto de vista da sua nacionalidade é uma posição que também expressa os debates e discussões que se travavam sobre os significados e problemas da imigração. Em diferentes círculos, a questão da “assimilação” dos imigrantes sempre encontrava espaço para se realizar, inclusive entre os grupos que eram partidários do desenvolvimento e aplicação das políticas imigratórias, os quais não mediam esforços em chamar atenção para as “qualidades negativas” dos caboclos e as “positivas” dos imigrantes. A preocupação com a nacionalização dos imigrantes era tamanha que, seja durante a monarquia ou no período republicano, um dos quesitos presentes na legislação que regulava a entrada de imigrantes e a fundação de colônias no Brasil indicava como forma para apurar a nacionalização dos imigrantes o estabelecimento de “nacionais” no interior das colônias, contudo eles não teriam acesso aos mesmos benefícios que os imigrantes tinham (ver: Machado, 1999; Seyferth, 2007). Medida que, por seu turno, era resultado das pressões exercidas pelos grupos que não viam a imigração com bons olhos – os positivistas, por exemplo (ver: Hall, 1976). Sob esse ponto de vista, o emprego do termo “nacionais” encontra justificativa plausível. Entretanto, mais recentemente, essa forma de diferenciar esses grupos perdeu seu significado, uma vez que os descendentes dos primeiros imigrantes, embora tenham construído formas próprias de se auto-identificarem a partir de suas ascendências étnicas, já não mais podem ser considerados totalmente estrangeiros, isto é, também são “nacionais”, inclusive juridicamente.

Consequentemente, no Rio Grande do Sul, a palavra “caboclo” passou a ser usada mais constantemente nas pesquisas produzidas nos últimos anos, pois tem maior precisão em estabelecer as fronteiras entre os modos de vida, de trabalho e de sociabilidade existentes entre os diferentes grupos sociais e étnicos que, de alguma forma, atuaram no processo de ocupação, reocupação e povoamento do território do estado.¹¹ Dessa maneira, a palavra “caboclo”, como categoria analítica, passou a ser empregada para fazer referência a um tipo de camponês pobre, geralmente mestiço e que pratica um tipo de agricultura voltada para a subsistência da unidade familiar, além de ser dono de um modo de vida próprio, semelhante ao indígena e marcado por sua mobilidade nas áreas de fronteira agrária. Todavia, especialmente no contexto das regiões coloniais e entre as populações que vivem nesses espaços, caboclo e acaboclado, em algumas bocas, ainda adota a conotação de insulto ou, como escreveu Emílio Willems, ainda é “símbolo verbal de ‘inferioridade cultural’”.

Há que se fazer referência também, ainda que de forma rápida, ao emprego do nome “caboclo” em outros contextos regionais, pois ele não é um adjetivo de uso exclusivo dos estados do Sul do Brasil. Destaco, por exemplo, que o termo é histórica e corriqueiramente empregado nas regiões amazônicas para identificar o “tipo humano característico da população rural da Amazônia” (Lima, 1999, p. 6). Deborá de Magalhães Lima, ao discutir a questão, registra que definir uma origem e um significado preciso para a palavra também é tarefa bastante complexa, pois em diferentes contextos históricos, sociais, culturais e econômicos a palavra recebeu distintos significados. Ao estudar o emprego do termo “caboclos” na região amazônica, Debora Lima chama atenção para o fato importante de que muito dificilmente o adjetivo é utilizado pelas populações que por ele são nominadas como forma de autodenominação, situação que também está presente em outros contextos, e o Rio Grande do Sul não foge à regra. Não obstante, diferentemente de Lima, considero que a falta de precisão, a circunstância de carregar conteúdos altamente pejorativos e de, assim, servir para reproduzir e conservar determinados tipos de relação social não deve levar à “necessidade de desistir de fazer uso da palavra caboclo” (Lima, 1999, p. 29). Em outros termos, como busquei destacar ao longo do texto, o conteúdo das palavras não é estático, antes é relacional e implica determinados tipos de relações sociais. Assim, desistir de fazer uso da palavra, de algum modo, também é uma maneira de negar os conflitos sociais e a história que ela expressa.¹²

¹⁰ Refiro-me mais detidamente aqui aos relatórios produzidos por pessoas que ocupavam cargos administrativos na época, por exemplo, relatórios ministeriais, mensagens presidenciais e documentos produzidos por diferentes agências vinculadas à administração e execução das políticas de imigração e colonização. Para aprofundar as discussões sobre essa questão (ver: Silva, 2011).

¹¹ Além dos livros e pesquisas já citadas ao longo deste artigo fazem parte desse universo de produções as pesquisas de Ardenghi (2003), Dalla Nora (2006), Vicenzi (2002), Taglietti (2006), Dlugokenski (2012), Rippel (2012), Kujawa (2001), Auras (2001), Machado (2004), Silva (2011), Reichert (2010), Neumann (2012), Tedesco e Newman (2013) e tantos outros mais.

¹² Sobre o uso do termo e seus significados no contexto da região nordeste do Brasil, especificamente no estado de Pernambuco (ver: Sigaud, 1978).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, foram apresentados os diferentes significados que a palavra “caboclos” adotou ao longo da história. Destaquei, neste caminho, que o fato de ela ter conteúdos diversos está intimamente vinculado aos processos históricos e sociais vividos pelo Brasil em diferentes fases de sua história. Assim e a princípio, o vocábulo era empregado para designar os indígenas; em outros momentos, serviu para denominar o fruto do cruzamento entre brancos e índios e, no século XVIII, teve seu emprego legalmente proibido em função do teor pejorativo que carregava. Por seu turno, independentemente do período em questão, sempre portou certo conteúdo “injurioso”; em algumas religiões tem um significado específico; alguns pesquisadores (Câmara Cascudo) indicam não saber ao certo se sua origem é indígena ou africana; outros (Antônio Houaiss) postulam que é indígena (tupi-guarani). Por fim, atualmente no sul do Brasil, o adjetivo é usado como categoria analítica para designar um tipo de camponês com características e modo de vida singulares. Para cada um desses momentos e das definições, é possível verificar, a partir do contexto histórico e da inserção daqueles que se lançam na tarefa de delimitar os contornos da palavra, as lutas sociais, econômicas e políticas que marcaram a história do Brasil.

Dessa maneira e para finalizar, ao longo deste artigo, o tema central abordado diz respeito às lutas pela representação, pois não tratei apenas de palavras isoladas e desprovidas de sentido, mas de conteúdos que, a partir das palavras, buscam criar visões de mundo, as quais, por seu turno, atuam na perspectiva de criar o mundo e, assim, justificar determinados tipos de relação e hierarquias sociais (Bourdieu, 1982, 2007). Todavia, a situação é um tanto mais complexa, pois, na virada do século XIX para o XX, conforme foi destacado, há um esforço todo particular em definir, nos termos de Márcia Naxara, “o brasileiro pela ausência”, e, nesse caso, o caboclo construído por Monteiro Lobato é a representação mais adequada a servir de exemplo. Apesar disso, a atual produção de pesquisas sobre o universo rural sul-brasileiro elegeu à palavra “caboclo” uma outra substância. Dessa forma, sem censurar o tom “injurioso”, que foi proibido pelo Alvará de 1755 e que acompanha o vocábulo até os dias de hoje e sem abandonar o termo, passou a utilizá-lo para questionar esse conteúdo, especialmente para demonstrar que, internamente a ele, estavam e estão posições políticas e sociais que precisam ser problematizadas.

Referências

- ABREU, R. 1998. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Funarte, Rocco, 410 p.
- ARDENGGHI, L.G. 2003. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, UPF, 284 p.
- ARARIPE, T. de A. 1893. Movimento colonial da América. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 56(parte II):91-115.
- AURAS, M. 2001. *Guerra do Contestado – a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis, UFSC, 176 p.
- BASTIDE, R. 1971. *Brasil terra de contrastes*. São Paulo, Difel, 282 p.
- BOURDIEU, P. 1982. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 367 p.
- BOURDIEU, P. 2007. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 311 p.
- CANDIDO, A. 1964. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro, José Olympio, 239 p.
- CASCUDO, L. da C. 1962. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- CELSO, A. 1997. *Porque me ufano de meu país*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 238 p.
- CUNHA, E. da. 2006. *Os Sertões*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 600 p.
- DALLA NORA, N.C. 2006. *Quem cbega, quem sai: a política de distribuição de terra no Rio Grande do Sul – o caso de Jaticaba*. Passo Fundo, UPF, 212 p.
- DARTON, R. 1986. *O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 384 p.
- DLUGOKENSKI, L. 2012. *Metamorfoses na cultura cabocla: a inserção do lavrador nacional no ciclo da madeira em Chapecó (1930-1965)*. Passo Fundo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, 136 p.
- FARINATTI, L.A.E. 1999. *Sobre as cinzas da mata virgem – os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 183 p.
- FÁVERO, M. de L. de A. 2006. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, 28:17-36.
- FRANCO, M.S.C. 1997. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Editora da UNESP, 254 p.
- GEHLEN, I. 1983. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da fazenda Sarandí*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 221 p.
- HALL, M.M. 1976. Reformadores de classe média no Império brasileiro: a sociedade central de imigração. *Revista de História*, 105:147-171.
- HOUAISS, A. 2001. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo, Editora Objetiva.
- KUJAWA, H.A. 2001. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo, UPF, 165 p.
- LAMBERT, J. 1978. *Os dois Brasis*. São Paulo, Nacional, 288 p.
- LIMA, D.M. 1999. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, 2:5-32.
- LIMA, I.S. 2003. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 226 p.
- LIMA, N.T. 1999. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, REVAN, IUPERJ, UCAM, 222 p.

- LINHARES, M.Y.; SILVA, T.F.C. 1981. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 170 p.
- LOBATO, M. 1957. *Urupês*. São Paulo, Editora Brasiliense, 300 p.
- MACHADO, P.P. 1999. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre, UFRGS, 140 p.
- MACHADO, P.P. 2004. *Lideranças do Contestado*. Campinas, Unicamp, 397 p.
- MARCON, T. 1997. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo, UPF, 241 p.
- MARTINI, M.L.F. 1993. *Sobre o caboclo-camponês: "um gaúcho a pé"*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 363 p.
- MONBEIG, P. 1984. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 392 p.
- NAXARA, M.R.C. 1998. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo, Annablume, 159 p.
- NEUMANN, R. 2012. Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da colonizadora Meyer (Planalto Rio-Grandense, 1897-1937). *Revista Tempos Históricos*, 16:313-336.
- OSÓRIO, H. 1990. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 248 p.
- PRADO JUNIOR, C. 1973. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 390 p.
- REICHERT, P. 2010. Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo: a formação de sua identidade camponesa. *Cadernos do CEOM*, 32:267-287.
- RENK, A. 1997. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó, Grifos, 226 p.
- RENK, A. 2000. *Sociodidécia às avessas*. Chapecó, Grifos, 440 p.
- RIPPEL, L. 2012. *A mobilização política do discurso do herói pioneiro da luta social de 1957 no Sudoeste do Paraná*. Passo Fundo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, 131 p.
- ROCHE, J. 1969. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 804 p.
- RÜCKERT, A.A. 1997. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo, Editora UPF, 200 p.
- SCHWARZ, L.M. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 287 p.
- SEYFERTH, G. 1991. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, 91:31-63.
- SEYFERTH, G. 2007. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República. In: O.M.G. da CUNHA; F. dos S. GOMES (orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, p. 79-118.
- SEVCENKO, N. 2003. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Companhia das Letras, 420 p.
- SKIDMORE, T.E. 2012. *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 400 p.
- SIGAUD, L. 1978. *A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, vol. 30, 29 p.
- SILVA, A.D. da. 1830. *Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva: Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa, Na Tipografia Maignense, 897 p.
- SILVA, M.A.B. da. 2004. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do Planalto rio-grandense (1850-1900)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 181 p.
- SILVA, M.A.B. da. 2012. Latifúndio, colonização e agricultura: os projetos de desenvolvimento agrícola no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, 4(8):86-101.
- SILVA, M.A.B. da. 2011. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava/Niterói, Edunicentro/Eduff, 347 p.
- TAGLIETTI, D.B. 2006. *Lei de terras e colonização como pressupostos da normatização agrária do médio Alto Uruguai*. Frederico Westphalen, URI, 198 p.
- TEDESCO, J. C. 1999. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo, EDIUPF, 325 p.
- TEDESCO, J.C.; NEUMANN, R.M. 2013. *Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Porto Alegre, Letra & Vida, 252 p.
- TRAMONTINI, M.J. 2000. *A organização social dos imigrantes: São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850*. São Leopoldo, RS. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 424 p.
- VIANNA, O. 1938. *Populações meridionais do Brasil: história, organização e psicologia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. 1, 422 p.
- VICENZI, R. 2002. *Terra nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense (1920-1950)*. Passo Fundo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, 162 p.
- WAIBEL, L. 1979. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 326 p.
- WEBER, R. 2002. *Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí, UNIJUI, 279 p.
- WILLEMS, E. 1980. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 465 p.
- ZARTH, P.A. 1997. *História agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920*. Ijuí, UNIJUI, 207 p.

Submetido: 14/01/2014

Aceito: 31/03/2014